

Gênero e educação em contextos indígenas na Amazônia: as relações que constituem a produção identitária das mulheres professoras Arara-Karo do Estado de Rondônia

Gender and education in indigenous contexts in the Amazon: the relationships that constitute the identity production of women Arara-Karo teachers in the state of Rondônia

Genre et l'éducation dans des contextes autochtones de l'Amazonie: les relations qui constituent la production des enseignantes Arara-Karo d'identité dans l'État de Rondônia

Género y educación en contextos indígenas en el Amazonas: las relaciones que constituyen la producción de la identidad de maestras Arara-Karo en el estado de Rondônia

Maria Isabel Alonso Alves*
(mialonsoster@gmail.com)

Heitor Queiroz de Medeiros*
(heitor.medeiros@ucdb.br)

Recebido em 12/11/2015; revisado e aprovado em 10/12/2015; aceito em 23/01/2016
DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/1984042X2016209>

Resumo: Trata-se de reflexões sobre as relações de gênero presente na etnia Arara-Karo do Estado de Rondônia, onde buscamos abordar as questões de identidades/diferença na perspectiva dos estudos de prefixo pós (Pós-Estruturalista; Pós-Moderno; Estudos de Gênero; Estudos Culturais, Estudos Pós-Coloniais). São reflexões que têm o objetivo de tensionar as questões culturais produzidas no âmbito das sociedades indígenas, muitas vezes dadas como “naturais”, mas que podem ser ressignificadas no contexto cultural.

Palavras-chave: gênero; sociedades indígenas; identidades/diferenças.

Résumé: Ce sont des réflexions sur les relations de genre présents dans Arara-Karo ethnicité de l'Etat de Rondônia, où nous cherchons à répondre aux questions d'identité / différence du point de vue des études de préfixe (post-structuraliste, post-moderne; études Cultural Studies de genre, études post-coloniales) sont des réflexions qui visent à resserrer les questions culturelles produites dans les sociétés autochtones, souvent donnée comme «naturel», mais peut être re-signifié dans le contexte culturel.

Mots-clés: sexe; les sociétés indigènes; identités/différences.

Abstract: These are reflections on gender relations present in Arara-Karo ethnicity of the State of Rondônia, where we seek to address the identity issues / differences from the perspective of post prefix studies (Post-structuralist, post-modern; Studies gender; Cultural Studies, Post-Colonial Studies) are reflections that aim to tighten cultural issues produced within the indigenous societies, often given as “natural”, but can be re-signified in the cultural context.

Key words: gender; indigenous societies; identities/ differences.

Resumen: Se trata de reflexiones sobre las relaciones de género presentes en Arara-Karo, etnia del Estado de Rondônia, en el que tratamos de abordar los problemas de identidad / diferencia de la perspectiva de los estudios de prefijo post (post-estructuralista, posmoderna; Estudios Estudios Culturales; género, poscolonial Estudios) son reflexiones que tienen como objetivo tensionar los temas culturales producidos dentro de las sociedades indígenas, a menudo da como “natural”, pero se puede volver a significaba en el contexto cultural.

Palabras clave: género; las sociedades indígenas; identidades/diferencias.

1 PALAVRAS INICIAIS

Questões de identidade/diferença nos diversos contextos têm sido amplamente discutidas nas últimas décadas e, entre os campos os quais se projetam essas reflexões, situamos o da educação. Várias são as abor-

tagens relacionadas à temática, uma vez que tais questões compõem o quadro das relações sociais, culturais, políticas e econômicas que envolvem as distintas sociedades entre as quais estão as etnias indígenas. Considerando as potentes transformações que envolvem a redefinição dos conceitos tradicionais de

* Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil.

homem e mulher, colocamos como importante pensar as identidades/diferenças que atravessam as relações de gênero no universo indígena. De forma geral, nos moldes da sociedade atual, “papéis” masculinos e femininos vêm sendo ressignificados no interior das culturas, em que os sujeitos (homem ou mulher) estão sendo impedidos a desenvolverem atividades distintas das produzidas pela “normatividade” histórica das sociedades que, por muito tempo, têm disseminado a ideia de que “O lugar da mulher é o lar, e sua função natural é cuidar da família” (MEYER, 2013, p.12).

Levando em consideração os argumentos de Meyer (2013), de que “nada é natural” ou que a cultura nunca está dada como fixa e essencial, é que pretendemos discutir as relações de gênero postas também nas sociedades indígenas e, de alguma forma, perpassam a produção das identidades e diferenças das mulheres professoras indígenas da etnia Arara-Karo de Rondônia.

Além da constituição das identidades/diferenças que produzem as mulheres professoras da etnia Arara-Karo, este estudo também leva em consideração as presumíveis relações de gênero implicadas nas sociedades indígenas, possivelmente refletidas na produção das identidades e diferenças que, possivelmente, permeiam o contexto da comunidade/escola da aldeia Iterap.

Tendo em vista o pressuposto de investigar a produção das identidades/diferenças no contexto indígena Arara-Karo de Rondônia, no primeiro semestre de 2015, foi realizada uma conversa com a professora indígena M. Arara a respeito do tema. M. Arara, além de ser professora, é cacique da aldeia Iterap, uma das poucas mulheres indígenas (de que temos conhecimento) que desempenha a função de liderança no contexto indígena da região, e esse fato motivou-nos a investigar a temática que leva em consideração as identidades e diferenças de mulheres professoras justamente com o povo Arara.

Para abordar a temática, organizamos este artigo em subtemas que darão ênfase aos conceitos de Identidades/Diferenças e Gênero, além de abordar brevemente, os modos de ser Arara-Karo.

2 MATERIAL, MÉTODO E ANÁLISE

Grande parte das questões que propomos neste texto emergiu no percurso da pesquisa da dissertação de mestrado (ALVES, 2014). Trata-se, portanto, de um estudo bibliográfico que nos impulsionou problematizar questões identidades/diferenças no contexto indígena Arara-Karo de Rondônia. Dentre essas problematizações, destacamos como objetivo, produzir reflexões sobre as relações de gênero presentes na etnia Arara-Karo do Estado de Rondônia. Para tanto, buscamos abordar as questões de identidades/diferença na perspectiva dos estudos de prefixo pós (Pós-Estruturalista; Pós-Moderno; Estudos de Gênero; Estudos Culturais, Estudos Pós-Coloniais). São reflexões que têm o objetivo de tensionar as questões culturais produzidas no âmbito das sociedades indígenas, muitas vezes dadas como “naturais”, mas que possivelmente podem ser ressignificadas no contexto cultural.

Considerando a proposta do estudo, além dos estudos bibliográficos, esta pesquisa teve, como material de análise, a entrevista narrativa efetuada com uma professora M. Arara da etnia Arara-Karo. Decidimos optar por esse tipo de entrevista (a entrevista narrativa) a partir dos escritos de Meyer (2012) e Andrade (2012) ao afirmarem que, ao lidar com falas espontâneas, encontramos a subjetividade do sujeito que fala. Assim,

Tomando tais pressupostos como referência, talvez se deva começar dizendo que as investigações que compartilham dessa perspectiva teórica estão menos preocupadas em buscar respostas para o que as coisas de fato são, e se preocupam mais em descrever e problematizar processos por meio dos quais significados e saberes específicos são produzidos, no contexto de determinadas redes de poder, com certas consequências para determinados indivíduos ou grupos. (MEYER, 2012, p. 51).

As entrevistas narrativas oportunizam ao pesquisador/a o entendimento de si próprio na relação com o/a outro/a, ressignificando o “fazer metodológico em sua trajetória pessoal de investigação” (ANDRADE, 2012, p. 174). Ressalta-se, nesse sentido, que o foco das análises neste texto está na entrevista

concedida pela colaboradora – mulher/professora indígena/pertencente à etnia Arara-Karo de Ji-Paraná, Rondônia.

A pesquisa consistiu na fase inicial, haja vista integrar um estudo de doutorado em desenvolvimento no PPGE da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), na Linha de Pesquisa “Diversidade Cultural e Educação Indígena”. O que propomos como problema a ser investigado no processo de doutoramento parte da pergunta: Como as mulheres professoras indígenas Arara-Karo se constituem mulher/professora/indígena no contexto da escola/comunidade da aldeia Iterap? Tal questão tem motivado a busca de entendimentos sobre como são produzidas as identidades das mulheres /professoras/indígenas no contexto Arara de Rondônia, levando em consideração as diferenças que atravessam e/ou são atravessadas pelas relações de poder, inclusive as de gênero, no contexto da comunidade/escola da aldeia Iterap. Este texto, portanto, constitui-se em um desdobramento da pesquisa acima referida, pensado a partir do planejamento das atividades de campo.

As análises são reflexões acerca da bibliografia estudada, dos levantamentos efetuados sobre a quantidade de alunos e alunas matriculados no Curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural da Universidade Federal de Rondônia até o ano de 2014, a partir da dissertação de mestrado (ALVES, 2014) e a atualização dessas informações no ano de 2015, bem como os dados produzidos na entrevista com a professora M. Arara.

Ressaltamos que a professora indígena entrevistada não foi mantida no anonimato. As iniciais do nome bem como a etnia que aparecem no texto não são fictícias nem foram escolhidas aleatoriamente. A decisão de manter as iniciais do primeiro nome e a etnia se dá porque entendemos, com base nos pressupostos teórico-metodológicos desta pesquisa, que os sujeitos participantes são únicos e estão autorizados a falarem por si, de suas experiências e histórias de vida de forma singular.

Para tanto, foi efetivado um contato inicial com a professora indígena M. Arara quando, então, foram expostos os objetivos do estudo e, na ocasião, a realização da entrevista que resultou no texto que ora se apresenta.

3 OS MODOS DE SER DO POVO ARARA-KARO DE RONDÔNIA

A etnia Arara, também autodenominada como “Karo-Rap”, que significa “Nós Arara” (ISIDORO, 2006), habita a Terra indígena (TI) Igarapé Lourdes, localizada na região do Município de Ji-Paraná, Rondônia e se divide em duas aldeias, Iterap e Paygap. Na aldeia Iterap,

[...] as pessoas estão distribuídas em pequenos núcleos, distantes entre 300 e 800 metros uns dos outros, compostos por várias casas que contêm, cada uma, uma família nuclear que compartilha com as demais um *terreiro* e uma cozinha. Cada núcleo comporta um casal mais idoso, seus filhos e filhas solteiros, filhos recém-casados com suas esposas e filhos e, mais raramente, filhas recém-casadas, configurando uma família extensa distribuída em várias casas contíguas. (SANTOS, 2014, p. 155; grifo da autora).

Santos (2014) ainda afirma que a aldeia Paygap é menor, habitada pela família “pais, irmãos e irmãs da esposa” do cacique da aldeia, senhor P. Arara¹, entretanto a organização nuclear das famílias ocorre da mesma forma que a Iterap, onde o

[...] esquema de residência em casas compostas por famílias nucleares se repete, mas as casas são bem mais próximas umas às outras e, embora os descendentes do cacique sejam maioria e ocupem mais casas, o discurso de que ali vive uma só família é bem difundido. (SANTOS, 2014, p. 156).

Nas duas aldeias, vive em média uma população de pouco mais de 346 pessoas²,

¹ P. Arara é cacique da aldeia Paygap, “Há cerca de dois anos, os diversos núcleos residenciais de Iterap solicitaram à FUNAI o reconhecimento como aldeias independentes e “elegeram”, cada um, um cacique”, conforme afirma Santos (2014, p. 139, 156), Atualmente os caciques são P. Arara cacique da Paygap e M. Arara da Iterap.

² Informações fornecidas pela Cacique M. Arara em entrevista realizada no dia 22 de abril de 2015, na sala do Grupo de Pesquisa em Educação na Amazônia (GPEA) no âmbito da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

sendo 180 mulheres e 166 homens, além de 14 crianças na faixa etária de nove anos e 49 crianças entre 10 e 14 anos. As demais faixas etárias não foram informadas. De acordo com Gabas (2004), dois terços dessa população vivem na aldeia Iterap, e os demais, na aldeia Paygap.

A cidade mais próxima das duas aldeias é Ji-Paraná, que se encontra cerca de 70 km de distância por rodovia da aldeia mais distante – a Iterap, ou três horas de barco descendo pelo Rio Machado e subseguido pelo Rio Prainha (que deságua no Machado). Para a aldeia Paygap, o acesso é por terra e fica aproximadamente a 50 km de distância da cidade. Vale ressaltar que a T.I. Igarapé Lourdes também é o lugar onde mora a etnia Gavião, com quem os Arara-Karo mantêm “relações instáveis” (SANTOS, 2014, p. 147), assim, as duas etnias – Arara-Karo e Gavião dividem o mesmo território. Santos (2014, p. 138) afirma que “[...] os Arara habitam desde tempos imemoriais a bacia do Rio Machado, afluente da margem direita do Rio Madeira, no estado de Rondônia, e compartilham com os Gavião a Terra Indígena Igarapé Lourdes, no município de Ji-Paraná”. A área total da TI Igarapé Lourdes tem aproximadamente 190.000 Km² de extensão, e cerca de um terço dessa área pertence aos Arara.

Na ocasião do encontro com M. Arara, esta relatou que cada aldeia conta com duas escolas, sendo uma central e uma menor. As escolas centrais levam o nome das aldeias – Iterap e Paygap, e as escolas menores levam o nome de Prainha (da aldeia Iterap) e Cinco Irmãos (da aldeia Paygap). Segundo M. Arara, o quadro de professores e professoras indígenas das escolas Arara é composto da seguinte forma: a aldeia Iterap conta com quatro mulheres e três homens, e a aldeia Paygap possui uma mulher e dois homens. O quadro de professores e professoras indígenas nas duas aldeias é composto de 10 docentes entre mulheres e homens, sendo metade de mulheres e metade de homens, além de outros/as professores/as não indígenas.

Cabe ressaltar que, apesar de a metade do quadro docente na etnia ser composta por mulheres, a mesma quantidade não corresponde à formação superior no Curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural da UNIR, onde o acesso ao Curso corresponde

pela maioria masculina Arara. Em 2013, em função da pesquisa de mestrado (ALVES, 2014), foi realizado um levantamento sobre os alunos e alunas matriculados/as no Curso citado a fim de identificar quem eram os alunos e alunas inseridos no Curso. O levantamento foi feito por etnia e sexo. Nesse levantamento, apareceram cinco estudantes Arara, sendo três homens e duas mulheres.

Com intuito de atualizar os dados para a elaboração desta proposta de pesquisa, buscamos informações a respeito do último edital de seleção para ingresso de discentes no Curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural da UNIR, lançado no final do ano de 2014 na página da Universidade. Nesse período, iniciou-se um novo processo seletivo de candidatos às vagas do curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural destinado a indígenas³. Na ocasião, foram ofertadas 60 vagas com ingresso no início de 2015.

Das vagas concorridas pelos/pelas Arara, oito candidatos foram classificados, quatro homens e quatro mulheres. Desse total de classificados, dois homens foram convocados na primeira chamada do edital, e uma mulher, na segunda chamada⁴, prevalecendo ainda, a maioria masculina. Tais dados nos remetem a pensar possíveis tensões com relação à questão de gênero na etnia Arara.

40 ‘LUGAR’ DA MULHER NO CONTEXTO SOCIAL: REFLEXÕES A PARTIR DA TEORIA

As possíveis discussões sobre as relações de gênero presentes nas sociedades indígenas a serem problematizadas neste texto emergiram, a princípio, do que explicita Meyer (2013), quando fala do lugar da mulher na sociedade de forma geral. Se para as mulheres não indígenas já tem sido difícil romper

³ Conforme especificado no edital Edital nº 001/2014, disponível em <http://www.processoseletivo.unir.br/concursos_arquivos/119_edital_processo_seletivo_discente.pdf>.

⁴ Os editais de convocação podem ser acessados no links: <[http://www.processoseletivo.unir.br/concursos_arquivos/119_14383_edital_de_matricula_1_chamada_\(1\).pd](http://www.processoseletivo.unir.br/concursos_arquivos/119_14383_edital_de_matricula_1_chamada_(1).pd)><http://www.processoseletivo.unir.br/concursos_arquivos/119_edital_de_matricula_2_chamada_dedeint.pdf>.

com os padrões sociais a elas impostos, como seria para as mulheres indígenas “romper” com as tradições culturais que, muitas vezes, as produzem de forma binária em suas respectivas sociedades? Seriam tradições culturais indígenas estáticas, sem possibilidades de resignificação? Questões como estas nos impulsionam a investigar os contextos em que as identidades/diferenças das mulheres professoras Arara-Karo de Rondônia são produzidas.

A cultura (do ponto de vista ocidental) tem sido abordada como algo dado, fixo, nascido com o sujeito, portanto, incapaz de ser mudado ou resignificado. É comum, apesar de mudanças significativas a respeito, ainda no século XXI ouvirmos, lermos, observarmos, seja em diálogos informais cotidianos, nas mídias, seja em pesquisas oficiais, apontamentos que nos levam a perceber que a imagem/identidades /singularidades da mulher, indígena ou não indígena, estão ligadas ao cuidar do lar, dos filhos, da família.

Pesquisas e estudos voltados aos mais variados problemas sociais acabam inserindo a mulher num contexto de “papéis” que a elas são atribuídos, culpabilizando-as pelos problemas e responsabilizando-as pela solução deles, como é o caso de uma pesquisa sobre o aumento da obesidade nos Estados Unidos, aqui apontada por Meyer (2013).

Segundo Meyer (2013), os resultados de tal pesquisa culpabilizam a mulher que, indiretamente, “abandonam” o lar para se dedicar ao mercado de trabalho, ocasionando o “descuido” com a alimentação familiar, o que, segundo a pesquisa, seria uma das causas do crescente número de pessoas obesas. Para Meyer (2013), a pesquisa em questão deixa implícito que “O lugar da mulher é o lar e sua função natural é cuidar da família” (MEYER, 2013, p.12). O que Meyer (2013) coloca em questão, são os tipos de pesquisas realizadas a respeito das questões que envolvem os assuntos sociais que, em sua maioria, não levam em consideração os pressupostos pós-estruturalistas, ou exatamente como coloca Meyer (2013, p. 12),

[...] conclusões científicas como essa provocam tão pouco estranhamento porque ainda estamos familiarizados com o pressuposto de que o ‘lugar’ da mulher é o lar e sua função é o

cuidar da casa e da família que nem conseguimos enxergar o “ineditismo” ou a “relevância” que justificariam a publicação de estudos desse teor [...]

Os argumentos de Meyer (2013) nos mostram que as pesquisas realizadas com objetivo de entender os problemas sociais nas mais diversas categorias, são concebidas em sua maioria, a partir de uma postura epistemológica moderna, que coloca, de forma binária, o homem em posição superior à mulher. Meyer (2013), aponta que as questões de gênero são ferramentas “conceitual, política e pedagógica”, que se constituem importante para a elaboração e implementação de projetos contrários aos modelos sociais vigentes que resultam em hierarquias e desigualdades delas decorrentes. A autora também aponta que “nada é ‘natural’, nada está dado de antemão, toda verdade – mesmo aquela rotulada de científica – é parcial e provisória e resulta de disputas travadas em diversos âmbitos do social e da cultura e pode, por isso, ser questionada” (MEYER, 2013, p. 13).

Assim, com a intenção de tensionar o que a modernidade coloca como “papéis” femininos em um contexto geral, bem como as questões culturais produzidas no âmbito das sociedades indígenas que, por muitas vezes, são dadas como “naturais”, mas que podem ser resignificadas no contexto cultural, é que pensamos os conceitos de Identidades/Diferenças e Gênero, conceitos estes que servirão de suporte na abordagem aqui proposta.

5 IDENTIDADES/DIFERENÇAS E GÊNERO: ENTENDENDO OS CONCEITOS

Para pensar o tema relações de gênero nas sociedades indígenas, trazemos como suporte teórico autores/as que possuem trajetória de estudos voltados às concepções de produção histórica do sujeito existencialista, fluído, líquido, que se produz ou é produzido no interior das práticas culturais. Assim, os/as autores/as os/as quais nos inspiram na elaboração deste texto “pertencem” ao campo dos Estudos Culturais, das Teorias Pós-Coloniais entre outros que se aproximam desses campos e que podem ser articulados, entre os quais destacamos: Dinis (2008), Meyer (2012; 2013); Louro (1997);

Felipe (2012); Paraízo (2012); Hall (1998; 2011; 2013); Silva (1995); Woodward (2013); Bauman (2005) e Bhabha (2013). Tais autores não pensam a identidade como essencialista ou fixa, mas a identidade sob rasura, instável, passível de transformações, produzidas e (re) significadas no interior das culturas situadas no tempo e no espaço.

Além da importância dada ao conceito de identidade/diferença, o conceito de gênero também parece ser pertinente à discussão proposta. Esse conceito foi introduzido no meio acadêmico pelo movimento feminista, principalmente aqueles de língua inglesa, a partir dos anos de 1970, período em que se ampliaram as discussões sobre o conceito de gênero e sexualidade, e designa as representações acerca do “masculino” e “feminino”, construídas culturalmente, distanciando-se da compreensão biologizante do tema (DINIS, 2008). O autor afirma que as primeiras discussões sobre as relações de gênero no âmbito da academia ocorreram por volta dos anos 70 do século XX, período em os movimentos sociais, em especial os grupos feministas, passaram a denunciar a exclusão de suas representações de mundo nos espaços escolares e nos programas das instituições de ensino. Pressões dessa natureza possibilitaram a abordagem de temas sobre gênero e sexualidade por parte das academias, o que possibilitou pesquisas acerca do tema desde então.

Dinis (2008) afirma que, no cenário brasileiro, as discussões sobre gênero ficaram restritas às áreas de Sociologia, Psicologia e a Crítica Literária, isso até os anos de 1970, período em que os estudos de Gênero se expandiram no meio acadêmico. A partir de então, estudos de gênero passaram a fazer parte dos interesses de pesquisadores e pesquisadoras no âmbito da academia (DINIS, 2008). Para o autor, é preciso que se reconheça “como terminações culturais as características socialmente atribuídas ao masculino e feminino, posicionando-se contra discriminações a elas associadas” (DINIS, 2008, p. 480).

Também levando em consideração o conceito de gênero, Louro (1997, p. 23) esclarece que a importância deste se dá porque tal conceito “obriga aquelas/es que o empregam a levar em consideração as distintas sociedades e os distintos momentos históricos de que estão tratando”. E explica:

O conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos. Observa-se que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem. (LOURO, 1997, P. 23).

Na mesma perspectiva, Felipe (2012, p. 218) mostra que o conceito de gênero “foi amplamente veiculado a partir da década de 80 do século XX, na tentativa de se opor a uma ideia de essência que, em geral, pautava a explicação de comportamentos distintos entre homens e mulheres”. Tal conceito busca “ênfatisar e problematizar a construção história, social e cultural dos comportamentos de homens e mulheres, fugindo assim, das explicações que remetem a uma “essência”, que justificaria os comportamentos masculinos e femininos, muitas vezes tido como diametralmente opostos” (FELIPE, 2012, p. 221).

A introdução do conceito de gênero trazido por Felipe (2012) está relacionada também ao que Silva (1995, p. 95) mostra como sendo um “caráter relacional das relações entre os sexos”, e tem a ver com alguns dados preliminares, construídos informalmente junto às mulheres indígenas professoras/estudantes do curso de Licenciatura Intercultural que sugerem que há, de certa forma, uma relação de poder, em que os homens indígenas, por, talvez, acreditarem possuir mais privilégios que as mulheres, as colocam, em muitos casos, como inferiores.

É importante destacar que essa suposta inferioridade é resultado de tramas históricas produzidas por “estereótipos que relegam as mulheres a papéis considerados socialmente inferiores” (SILVA, 1995, p. 95). Para Dinis (2008, p. 6), o conceito de gênero “amplia o conceito de sexualidade e designa as representações acerca do masculino e do feminino que são construídas culturalmente, distanciando-se ainda mais de uma compreensão biologizante”, ou seja, “o conceito de gênero nos coloca em contato com o outro” sendo que pode haver diversos modos de se “perceber o outro”.

No que tange aos discursos a respeito da diversidade/diferença cultural, Dinis (2008) fala que, no Brasil, existem muitos estudos voltados para o debate que envolve a exclusão de mulheres, entretanto, ainda são poucos os que tratam as questões de gênero em torno da diversidade, seja de sexos ou de culturas no âmbito da educação. Os apontamentos de Dinis (2008) levam à reflexão de que as mulheres indígenas também necessitam de atenção no campo de estudo que envolve as questões de gênero, uma vez que tais questões, na perspectiva apontada, podem assinalar “resistências” masculinas em se tratando de costumes e tradições de que a mulher deve ser submissa e desenvolver atividades supostamente femininas.

No campo da educação, Dinis (2008) mostra que são poucos os estudos voltados para as questões de gênero nos cursos de formação de professores/as, o que seria, na visão do autor, uma forma de desconstruir as estruturas binárias excludentes (homem x mulher; homossexual x heterossexual e outros) ainda presentes no seio social. Segundo o autor mencionado, os estudos que envolvem a diversidade de gêneros nos espaços acadêmicos vêm ocorrendo desde os meados dos anos de 1970 mediante pressão dos grupos feministas que “denunciaram a exclusão de suas representações de mundo” (DINIS, 2008, p. 3). Foi a partir de movimentos dessa natureza que os estudos passaram a ter uma visão culturalista, rompendo com o paradigma biologizante predominante até então.

Historicamente, “os estudos sobre diferenças de gênero buscavam explicações ou características de indivíduos autônomos, agora a produção e a compreensão de gênero em uma matriz complexa de circunstâncias materiais, raciais e históricas transformam-se nos focos de pesquisa” (OLESEN, 2006, p. 232). Nos dias atuais, “Os Estudos de Gênero têm produzido e contribuído com as pesquisas educacionais tensionando e problematizando essa noção, uma vez que nos desestabilizam e nos fazem desconfiar de certezas postas em circulação e vigor em torno do corpo e das identidades de gênero no espectro social” (BECK; GUIZZO, 2013, p. 7).

Inspirada em Paraízo (2012), que mostra o poder do discurso na construção da subjetividade, consideramos importante compre-

ender que a partir de estudos e pesquisas, os discursos sobre como as mulheres e homens devem ser, comportar-se e fazer-se na sociedade, podem ser desmontados, descompostos e desconstruídos.

Esses diferentes discursos e significados podem contribuir (e têm contribuído) para produzir desigualdades entre homens e mulheres, garotos e garotas, moças e rapazes e reforçar distinções, discriminações, sofrimentos e hierarquias. Mas nestes espaços, também, discursos podem ser desnaturalizados, questionados e desconstruídos, e rupturas podem ser introduzidas, numa transformação constante de relações de poder já instauradas. (PARAÍZO, 2012, p. 30-31).

O trecho supracitado vem ao encontro do que expressa Felipe (2012, p. 223) quando aponta que “os sujeitos que não se enquadram nas expectativas sociais de gênero, ainda sofrem inúmeras discriminações”. Como destaca Meyer (2007, p. 17),

[...] o conceito de gênero enfatiza essa pluralidade e conflitualidade dos processos pelos quais a cultura constrói e distingue corpos e sujeitos femininos e masculinos, torna-se necessário admitir que isso se expressa pela articulação de gênero com outras “marcas” sociais, tais como classe, raça/etnia, sexualidade, geração, religião, nacionalidade. É necessário admitir também que cada uma dessas articulações produz modificações importantes nas formas pelas quais feminilidades ou as masculinidades são, ou podem ser, vividas e experienciadas por grupos diversos, dentro dos mesmos grupos ou, ainda, pelos mesmos indivíduos, em diferentes momentos de sua vida.

Durante a pesquisa de mestrado (ALVES, 2014), foram ouvidas inúmeras falas de homens indígenas que identificam a profissão docente como “de guerreiros”. Para essas afirmações, produziam uma regressão histórica, retomando histórias do passado heroico de seus povos que lutaram bravamente contra temíveis invasores. Mostraram que hoje a invasão está ocorrendo na arena da cultura, das transformações sociais e histórica de seus povos, e que só um guerreiro bem preparado

suportaria tão estranha guerra. Nessas falas, foi observada a ausência de nomes femininos, ou mesmo, menção à participação feminina nessa nova guerra. Assim, existe uma compreensão de que “há um reconhecimento das diferenças entre as mulheres, bem como das singularidades entre homens e mulheres” no contexto indígena (OLESEN, 2006, p. 232).

Esses homens professores sugerem que suas novas flechas – instrumento de caça e defesa – são os conhecimentos adquiridos em seus processos formativos, cabendo às mulheres uma participação mínima nesse processo, haja vista que, em muitas culturas, o trabalho de guerra é masculino. Entendendo que ao negarem, de certa forma, a participação das mulheres nos processos de transformações, esses professores homens indígenas talvez “cerquem” a participação feminina em alguns processos de liderança – como no caso da maioria das etnias indígenas de Rondônia, até pouco tempo atrás na etnia Arara-Karo a organização do trabalho acontecia da seguinte forma:

No cotidiano da comunidade, as atribuições da mulher e do homem eram as seguintes: enquanto elas preparavam a alimentação, cuidavam das crianças, ensinavam às meninas as suas funções, tais como produção de artefatos (colares de semente, brincos, tipóias, canecas de cabaça, anéis, redes, esteiras, panelas de barro, cestos, redes de algodão e de fibra de tucum, peneiras e outros), faziam a macaloba e coletavam lenha; os homens, por sua vez, responsabilizavam-se pelas derrubadas, plantio das roças, caça, pesca (na qual usavam várias técnicas como timbó e arpão), organização das festas, confecção de instrumentos musicais, moqueamento de peixes e caças, construção de malocas, fabricação de arcos e flechas, bordunas, machado de pedra, estojo para o pênis etc. (ISIDORO, 2006, p. 20).

As divisões para o trabalho mostradas por Isidoro (2006) provocam reflexão sobre os “papéis” femininos e masculinos no âmbito da etnia Arara Karo em um período bem próximo (ano de 2006), e isso acaba reproduzindo a ideia de que as mulheres ocupavam (no estudo da autora) alguns espaços diferentes

dos homens, porém cabe ressaltar que, atualmente (2015), a figura de maior representação política (cacique) do grupo que habita a aldeia Iterap é uma mulher.

O fato de a etnia constituir recentemente uma mulher para liderar uma das aldeias, a Iterap, mostra que o pensamento de que os homens assumem a função de “proteger”, “lutar” “defender” o povo Arara ou ocupar as posições de prestígio tem sido ressignificado dentro de uma nova estrutura cultural. De certa forma, é possível perceber a partir de Bauman (2005) e Bhabha (2013), que o povo Arara, aparentemente⁵, apresenta movimento, deslocamento, liquidez com relação às questões de gênero.

Tais percepções são intuídas com relação ao passado em que as escalas históricas desse povo mostram a mulher voltada para atribuições “femininas” - preparação dos alimentos, cuidado com os filhos/as, produção de artefatos, elaboração da “macaloba” – bebida típica – e outras funções, enquanto as do homem estavam para a defesa, plantação, colheita e outras tarefas “específicas” dos homens Arara, conforme explica Isidoro (2006) no trecho acima citado.

Pesquisas voltadas às questões de gênero, principalmente as relacionadas aos povos indígenas, podem ser de extrema importância para compreensão da constituição identitária da mulher indígena no contexto de suas sociedades.

Com relação ao conceito de identidade sob o ponto de vista dos Estudos Culturais é possível perceber que a identidade está sob rasura, fluída, líquida, existencialista (HALL, 2011). No mesmo pensamento, Woodward (2013) esclarece que a identidade do sujeito é marcada/caracterizada pela diferença. O indivíduo se reconhece a partir do diálogo com o diferente, ou seja, do diálogo com o outro. Skliar (2003), a respeito da construção social da diferença, mostra que o “outro” ressoa na palavra, nos significados, no encontro, nos diálogos. Bauman (2005), por sua vez, afirma que a identidade é líquida, flutuante, deslizante e, portanto, não se fixa. Também Bhabha (2013) aponta que as identidades são

⁵ Digo aparentemente por se tratar de uma análise superficial, podendo ser aprofundada no processo de investigação que proponho no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UCDB).

assumidas num contexto de “entre-lugares” nos quais os sujeitos são localizados, produzidos, traduzidos, hibridizados.

As teorias pós-estruturalistas e os Estudos Culturais, nesse caso, invertem o processo, conduzem para fora e o sujeito e suas identidades acabam se tornando resultados daquilo que lhe falta, e não daquilo que supostamente possuem, o que leva ao entendimento de que os espaços culturais podem ser compreendidos como um espaço amplo capaz de suportar as diferenças culturais que os sujeitos vão produzindo no decorrer de suas trajetórias. Isso remete ao pensamento de Bhabha (2013), que vem afirmar que a necessidade de pensar o limite da cultura como forma (problema) da enunciação da cultura deve ser rejeitada e que nenhuma cultura pode ser jamais unitária em si mesma, nem simplesmente dualista do ponto de vista da relação do “eu” com o “outro”, mas, sim, que existe um terceiro espaço que o autor chama de “entre-lugares” onde os sujeitos se formam.

Esse “entre-lugares” seria uma espécie de “excedentes da soma” das partes da diferença que, na maioria das vezes, são expressas como raças, classe, gêneros e outros. Para Bhabha, enquanto o conceito de diversidade cultural conduz a uma discussão filosófica, a ideia de diferença cultural remete à enunciação da cultura como um processo, através do qual se produzem afirmações da cultura, afirmações estas que se fundam e geram diferenças. Essas diferenças, segundo Bhabha, podem estar na base da “trama” de relações de poder e das práticas sociais estabelecidas. Assim, percebe-se que Bhabha (2013) simpatiza com o conceito de “diferença cultural”, e que vem ao encontro dos conceitos Identidades/Diferenças aqui discutidos.

Assim, a identidade vista do ponto de vista do pensamento pós-estruturalista não pode ser fixa ou que possua essencialidades. Esse entendimento de identidade parte de pressupostos discursivos, transitórios, hibridizados. Isso não quer dizer que não existem identidades observáveis.

6 PALAVRAS FINAIS

Os autores aqui apontados estão certos de que alguns discursos têm o poder de manter certas narrativas como “lócus” de enuncia-

ção que mantém a união de grupos em torno de certas referências, mas isso não quer dizer que essas referências não podem ser transformadas. Trata-se, portanto, de entender a identidade da mulher/professora/indígena Arara como narração, como texto envolto em práticas discursivas. Nesse sentido, vale a pena manter a atenção para não afirmar o sujeito (mulher/professora/indígena Arara-Karo) e suas identidades como algo para dentro, para o fechamento, para a redução a certas características que, de maneira suposta, indicam identidades.

As reflexões em tela ainda são introduções ao tema gênero e educação em contextos indígenas Arara-Karo de Rondônia, trazendo principalmente os conceitos de Identidade/Diferença e Gênero, especificamente no que diz respeito à produção das mulheres indígenas Arara na profissão docente e em seus contextos históricos; porém manifestamos que se trata de observações produzidas a partir do desenvolvimento de uma pesquisa de mestrado e que estão potencialmente pensadas para novos desafios de pesquisa.

Reiteramos a necessidade de ampliar os saberes com referência à mulher/professora/indígena, que tem sido desafiada a romper tensões, distâncias e dificuldades no sentido de expandir conquistas históricas e “caras”, negadas às mulheres de uma forma geral.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Isabel Alonso. *Identidades indígenas: um olhar para o Curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural de Rondônia*. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Porto Velho, RO.
- ANDRADE, S. S. A entrevista narrativa ressignificada nas pesquisas educacionais. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). *Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação*. Belo Horizonte: Mazza, 2012.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BECK, D. B.; GUIZO, B. S. Estudos culturais e estudos de gênero: proposições e entrelaces às pesquisas educacionais. *HOLOS*, ano 29, v. 4. 2013.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.
- DINIS, Nilson Fernandes. Educação, relações de gênero e diversidade sexual. *Educ. Soc.*, Campinas, SP, v. 29, n. 103, p. 477-492, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acessado em: 3 nov. 2014.

- FELIPE, Jane. Relações de gênero: construindo feminilidades e masculinidades na cultura. In: XAVIER FILHA, Constantina. *Sexualidades, gênero e diferenças na educação das infâncias*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2012. p. 217-226.
- GABAS JUNIOR, Nilson. *Povos indígenas no Brasil*. ISA. 2004. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/karo>>. Acesso em: 20 abr. 2015.
- HALL, Stuart. *A identidade na pós-modernidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- _____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- _____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- ISIDORO, Edinéia Aparecida. *Situação sociolinguística do povo arara: uma história de luta e resistência*. 2006. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Goiás - UFG, Goiânia.
- LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- MEYER, Dagmar Estermann. Abordagens pós-estruturalistas de pesquisa na interface educação, saúde e gênero: perspectiva metodológica. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). *Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação*. Belo Horizonte: Mazza, 2012.
- MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (Org.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- OLESEN, Virgínia. Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio. In: DENZIN, Norman. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre, RS: Artmed, 2006.
- PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). *Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação*. Belo Horizonte: Mazza, 2012.
- SANTOS, Júlia Otero dos. Ritual, “cultura” e transformação: a festa do jacaré entre os Arara de Rondônia. In: CUNHA, Manuela Carneiro da; CESARINO, Pedro de Niermeyer (Org.). *Políticas culturais e povos indígenas*. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 135-163.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. Currículo e identidade social: territórios contestados. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais e educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- SKLIAR, Carlos. *Pedagogia (improvável) da diferença: se o outro não estivesse aí?* Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma questão conceitual. In: SILVA, Tomaz T. (Org.). *Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.